



**Mapeamento dos Pontos Vulneráveis à  
Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes  
nas Rodovias Federais Brasileiras**

**Mapeamento  
2009 / 2010**



## **Childhood Brasil**

Ana Maria Drummond – Diretora Executiva

Anna Flora Werneck – Coordenadora de Programas

Rosana Junqueira – Coordenadora de Programas

Eva Cristina Dengler – Consultora

## **Organização Internacional do Trabalho**

Laís Abramo – Diretora

Thais Dumet Faria – Oficial de Programação

Edilberto Sastre – Coordenador

## **Departamento da Polícia Rodoviária Federal**

Hélio Cardoso Derenne – Diretor-Geral

Alvarez de Souza Simões – Coordenador-Geral de Operações

Giovanni Bosco Farias di Mambro – Divisão de Combate ao Crime

## **Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República**

Paulo de Tarso Vannuchi – Ministro de Direitos Humanos

Carmen Silveira de Oliveira – Secretária de Promoção dos Direitos

da Criança e do Adolescente

Leila Regina Paiva de Souza - Coordenadora do Programa Nacional de

Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes

**Mapeamento dos Pontos  
Vulneráveis à Exploração Sexual de  
Crianças e Adolescentes nas  
Rodovias Federais Brasileiras**



## Sumário

1. Introdução sobre a Exploração Sexual de Crianças Adolescentes_____	05
2. História dos Mapeamentos_____	07
3. Mapeamento dos Pontos Vulneráveis à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes 2009/2010_____	09
4. Resultados Esperados com o Novo Mapeamento_____	10
5. Apresentação do Método_____	12
a. Formas de Coleta_____	12
b. Definição dos Critérios e Questionamentos_____	13
c. Montagem do Questionário_____	13
d. Importância dos Níveis de Risco_____	16
e. Divulgação dos Resultados_____	17
f. Análise dos Resultados_____	17
g. Número de Pontos por Níveis de Risco_____	18
h. Número de Pontos por Estado, Proporcional à Malha Viária_____	20
i. Número de Pontos por BR_____	22
j. Classificação dos Pontos (Urbano e Rural)_____	23
k. Quantidades de Pontos por Região Política_____	25
l. Respostas Quantificadas em Relação aos Pontos_____	26
6. Desafios_____	28

## **1. Introdução sobre a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes**

Proteger nossas crianças e adolescentes e garantir que eles tenham um desenvolvimento pleno e saudável é dever de todos nós, sociedade civil, setor privado e público. A violência sexual contra crianças e adolescentes é uma das mais graves violações de direitos e se caracteriza pelo abuso e/ou exploração do corpo e da sexualidade, seja pela força ou outra forma de coerção, que prejudicam seu desenvolvimento físico, psicológico e social.

A exploração sexual está enquadrada neste conceito. Ela pressupõe a utilização sexual de crianças e adolescentes com a intenção do lucro ou troca, seja financeiro ou de qualquer outra espécie. Trata-se de um fenômeno complexo que acontece em vários contextos, incluindo as rodovias brasileiras. Geralmente está vinculado a prostituição, pornografia, tráfico, turismo sexual, dentre outros.

A subnotificação dos casos de exploração sexual, a falta de sistemas integrados que armazenem e analisem as informações e dados e o despreparo da sociedade civil para encaminhar e tratar casos dessa natureza compõem um cenário de sombras e incertezas. Este cenário esconde casos de crianças e adolescentes que não recebem nenhum tipo de atendimento ou recebem atendimento inadequado, provocando até revitimização.

A multicausalidade desse fenômeno requer ações de enfrentamento igualmente complexas e capazes de envolver os mais diferentes atores da sociedade. As ações precisam ir além da redução da pobreza, assegurando acesso a saúde, educação, lazer, promovendo o convívio sócio-familiar.

O objetivo deste mapeamento é, sobretudo, acumular dados, criar indicadores, monitorá-los e, em cima deles, desenvolver estratégias intersetoriais de prevenção e enfrentamento. Fruto de uma parceria inédita e multisetorial entre o **Departamento de Polícia Rodoviária Federal, Secretaria dos Direitos Humanos da Presidência da República, Organização Internacional do Trabalho, Childhood Brasil** e o setor privado, a quarta edição do mapeamento dos pontos vulneráveis à exploração sexual de crianças e adolescentes nas rodovias brasileiras traz novos critérios mais qualificados e passíveis de serem replicados pelas **polícias rodoviárias estaduais**.

Este documento oferece para a sociedade civil a possibilidade de um trabalho articulado de proteção da infância e adolescência. Queremos, ao tirar esses meninos e meninas das rodovias, tirá-los desta situação, e não apenas remover temporariamente o problema.

Esperamos que o mapeamento seja útil para o fim a que se propõe e que juntos possamos mudar este cenário daqui para frente.

## 2. História dos Mapeamentos

Em 2003, quando assumiu a Presidência da República, o Presidente Luís Inácio Lula da Silva definiu como uma das prioridades do seu governo o enfrentamento à exploração sexual de crianças e adolescentes, fato que impulsionou e fortaleceu as atividades já desenvolvidas pela sociedade civil e órgãos governamentais. Nesse sentido, o **Departamento de Polícia Rodoviária Federal** vinha desenvolvendo atividades tanto na área de educação (formação dos policiais), de prevenção (campanhas de sensibilização), quanto de inteligência e repressão (operações direcionadas à temática). Uma das iniciativas que merece destaque foi o trabalho de mapear os pontos de vulnerabilidade à exploração sexual de crianças e adolescentes nas rodovias federais do país. Essa informação era inicialmente utilizada para auxiliar no planejamento das operações de repressão ao delito em questão.

No entanto, percebeu-se, após a entrega do relatório ao Ministro da Justiça, na ocasião do 18 de maio (Dia Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes) de 2003, que essa informação inovadora poderia ser fonte de planejamento de ações por diversos atores sociais e governamentais. O primeiro levantamento entregue ao Ministro da Justiça apontou 844 pontos de risco de exploração sexual de crianças e adolescentes.

Em 2005, foi apresentada uma atualização de dados, havendo um aumento para um total de 1.222 pontos de risco. À época, as informações foram consolidadas e enviadas, em forma de relatório, ao **Ministério da Justiça** e à **Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República**, em um formato mais acessível de utilização.

Em consequência da grande repercussão e utilização da informação gerada pelo **Departamento de Polícia Rodoviária Federal**, em 2007, com apoio da **Organização Internacional do Trabalho** e da **Secretaria dos Direitos Humanos**, foi confeccionada a primeira publicação georeferenciada para a divulgação dos 1.819 pontos vulneráveis à exploração sexual. A publicação ofereceu os pontos indicados no mapa do país, com a qualificação do km e do tipo de estabelecimento (bar, posto de gasolina, hotel, etc.), apenas o estado do Amapá não indicou pontos vulneráveis.

Em 2009, o **Departamento de Polícia Rodoviária Federal**, com a parceira da **Organização Internacional do Trabalho**, **Childhood Brasil** e de empresas do **Programa Na Mão Certa**, desenvolveu um novo método para o mapeamento de pontos vulneráveis nas rodovias federais. Foram estabelecidos critérios mais detalhados para a definição dos pontos e os fatores considerados de alta relevância para a ocorrência do crime.

A entrada da **Childhood Brasil** por meio do **Programa Na Mão Certa** no processo foi impulsionada pelo interesse que as empresas participantes demonstraram em utilizar os dados do **Departamento de Polícia Rodoviária Federal** para auxiliar na definição das rotas e pontos de parada da frota de caminhões pelo país, o que demonstra o crescente interesse dos empresários com o tema da proteção da infância e adolescência.

Todas as etapas do mapeamento, aprimoramento do método de execução e de apresentação foram feitas com o apoio da Comissão Intersetorial de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, coordenada pela **Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República**.



### **3. Mapeamento dos Pontos Vulneráveis à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes 2009/2010**

Por meio de uma reunião entre o **Departamento de Polícia Rodoviária Federal, Childhood Brasil e Organização Internacional do Trabalho** e as empresas integrantes do **Programa Na Mão Certa**, foi constatado que os critérios do mapeamento de 2007 poderiam ser qualificados a partir de indicadores que permitissem um maior grau de consistência dos dados primários colhidos nas rodovias, garantindo uma maior eficiência nas ações de prevenção e repressão.

O **Programa Na Mão Certa** criou um grupo de trabalho com empresas interessadas para discutir estratégias de contribuição com este processo. Foram envolvidas transportadoras (Gafor/Luft/Della Volpe/Julio Simões) e a gerenciadora de risco (Pamcary). Iniciou-se assim um planejamento intersetorial de enfrentamento que envolve, além da definição de novos critérios de mapeamento, a agregação de novos dados para diagnóstico de vulnerabilidade, assim como uma campanha de prevenção da exploração sexual de crianças e adolescentes nas rodovias.

## 4. Resultados Esperados com o Novo Mapeamento

Por se tratar de um novo método desenhado com potencial de ser replicada pela Polícia Militar – Batalhões Rodoviários – nas rodovias estaduais, espera-se que os entes federativos por meio destas também gerem material com conteúdo semelhante, unificando dados e esforços. O resultado do mapeamento por níveis de risco ajudará no desenho de estratégias de prevenção/enfrentamento nos referidos pontos. A metodologia permite que seja possível identificar tipos de estabelecimento segundo nível de criticidade, regiões de maior risco e dados de vulnerabilidade. Esses dados sustentarão ações mais efetivas em conjunto com outras instituições e a rede de proteção local.

Para as empresas do **Programa Na Mão Certa**, esses dados servirão para análise de rotas, auditoria de pontos de parada para gerenciadoras de risco e sensibilização dos motoristas para ter atenção nos pontos vulneráveis e as circunstâncias de vulnerabilidade de determinados cenários. Com esses dados e uma estratégia concreta de informação e prevenção nos pontos vulneráveis, as empresas passam a ter a possibilidade de atuar proativamente na educação e sensibilização geral. Num segundo momento, ações mais radicais certamente levarão os locais a revisarem suas condutas, passando a atuar como agentes sociais de transformação do cenário da exploração sexual de crianças e adolescentes nas rodovias.

Aliados a estes resultados, os novos dados do mapeamento continuam a servir como importante instrumento para auxiliar no direcionamento das ações de organizações não-governamentais, organismos internacionais e, fundamentalmente, no planejamento das políticas públicas locais e nacionais, ratificando a relevância do mapeamento dos pontos de vulnerabilidade à exploração sexual de crianças e adolescentes. Ressalte-se que o mapeamento vem sendo aprimorado a cada ano, tornando-se mais preciso e fundamental ao enfrentamento desse crime.

## 5. Apresentação do Método

A parceria **Departamento de Polícia Rodoviária Federal / Organização Internacional do Trabalho / Childhood Brasil** primou pela utilização de um método que fosse replicável em menor escala, facilitando assim a aplicação por órgãos do poder público estadual e/ou municipal. Para que isso fosse possível, buscaram-se dados objetivos e específicos, subsidiando ainda pesquisas e análises futuras dos dados colhidos.

O fator determinante para o sucesso deste levantamento foi a excelência e a perspicácia dos policiais rodoviários federais, qualidades adquiridas com treinamento na área de direitos humanos e na vivência individual, além de um empenho na coleta eficiente dos dados. A estrutura física já existente facilitou a coleta, haja vista que todos os pontos de fiscalização da **Polícia Rodoviária Federal** possuem acesso à internet.

Por outro lado, existem regiões inóspitas onde a presença do Estado é precária, inviabilizando ações de levantamentos estatísticos confiáveis. Tal dificuldade pode não ter contaminado os dados, já que é possível observar que a grande concentração dos pontos de exploração sexual de crianças e adolescentes encontra-se em áreas urbanas (67,5% – Tabela 05).

### a. Formas de Coleta

Foi disponibilizado, pela intranet do **Departamento de Polícia Rodoviária Federal**, acesso à página construída pelo **Programa Na Mão Certa**, para preenchimento do formulário *on-line*, imprimível para preenchimento em campo – formulário rascunho, manual de preenchimento e área para envio de críticas, sugestões, dúvidas e elogios.

A página de coleta via internet facilitou a compilação dos dados e sua formatação, já que

os policiais tinham apenas que selecionar respostas, clicar sim ou não, e por vezes digitar algum campo menos sensível a erros, o que evitou dados inconsistentes ou digitações incompletas. Porém, por falhas e quedas no sistema, ocorreram alguns registros inválidos que tiveram de ser excluídos do rol de pontos observados, gerando uma planilha confiável e completa.

### **b. Definição dos Critérios e Questionamentos**

O objetivo primordial do mapeamento dos pontos vulneráveis à exploração sexual de crianças e adolescentes 2009-2010 é subsidiar políticas públicas para o enfrentamento dos delitos relacionados ao tema. Porém, para que este objetivo fosse atingido, precisávamos modificar a coleta das informações que o mapeamento contemplava até então.

Não sendo o bastante para chegarmos aos critérios que iriam definir a vulnerabilidade de um ponto, foram comparados os resultados obtidos em duas pesquisas realizadas anteriormente – uma pesquisa de levantamento de pontos de exploração sexual de crianças e adolescentes por caminhoneiros e outra de validação dos dez pontos mais críticos da pesquisa anterior.

### **c. Montagem do questionário**

Para definição de novos critérios foram realizadas as seguintes etapas de trabalho:

- Apresentação do mapeamento de 2007, pelo **Departamento de Polícia Rodoviária Federal**, para a **Organização Internacional do Trabalho, Childhood Brasil** e grupo de empresas do **Programa Na Mão Certa**;

- Este grupo de trabalho elaborou um questionário piloto para levantamento de critérios de risco e suas possíveis características para ser aplicado com caminhoneiros;
- Foi realizado um primeiro levantamento de pontos de risco por meio da aplicação do questionário com 294 caminhoneiros das empresas do grupo de trabalho. Cada entrevistado indicou dois pontos vulneráveis a partir do conhecimento de estrada e apontaram as principais características dos referidos pontos (tipo de estabelecimento, iluminação, vigilância, estacionamento isolado, circuito fechado de televisão, orelhão ou telefone de fácil acesso, existência de tráfico de drogas, prostituição de adultos, convivência dos funcionários, proximidade com casas noturnas, proximidade com vilarejos, área urbana ou rural, posto fiscal ou porto e distância de perímetro urbano);
- A partir do cruzamento de dados foram identificados os dez pontos mais lembrados (TOP 10);
- Usando o TOP 10 como referência, a **Polícia Rodoviária Federal** foi investigar os locais indicados para confirmar as características dos referidos pontos, a fim de determinar critérios de mapeamento;
- Para complementar essas características, a **Polícia Rodoviária Federal** e o grupo de trabalho definiram os indicadores de vulnerabilidade e um questionário com pontuações (informação não divulgada para os policiais rodoviários federais de campo). A somatória da pontuação definiu os níveis de risco para a exploração sexual de crianças e adolescentes: crítico, alto, médio e baixo;
- Os critérios que têm maior peso são: existência de prostituição de adulto, ocorrências de exploração sexual de crianças e adolescentes pela lembrança do policial em deter-

minada localidade nos últimos dois anos, registro de ocorrência de tráfico/consumo de drogas nos últimos 24 meses e presença constante de crianças e adolescentes no local;

- Incluímos uma questão sobre conhecimento da atuação do conselho tutelar na região.

Com a definição de critérios padronizados, é possível um levantamento sistemático e periódico com possibilidade concreta de comparação.

Em consulta à Coordenação de Inteligência – COINT do **Departamento de Polícia Rodoviária Federal**, confirmamos que os dez pontos observados pelo questionário da Pamcary de fato apresentam casos de exploração sexual de crianças e/ou adolescentes. Na tabela seguinte são elencadas as dez características mais presentes nos pontos, que vieram a subsidiar o questionário de aferição da vulnerabilidade do ambiente e os níveis de risco:

<b>QUESTIONAMENTOS E RESPECTIVA PORCENTAGEM DE RESPOSTAS POSITIVAS:</b>	<b>%</b>
Estacionamento com vigilância 24h ou CFTV	<b>20</b>
Indício de tráfico de drogas	<b>90</b>
Prostituição	<b>100</b>
Consumo de bebidas alcoólicas	<b>70</b>
Local próximo a vilarejos	<b>70</b>
Local afastado do perímetro urbano	<b>30</b>
Estacionamento isolado/fechado	<b>20</b>
Grande concentração de caminhoneiros	<b>80</b>
Grande concentração de comércio	<b>40</b>
Concentração de crianças e adolescentes	<b>50</b>

A etapa seguinte da construção do questionário foi a seleção das informações mais pertinentes a serem levantadas. Para a melhor compreensão dos dados, dividimos o questionário em 04 (quatro) pequenos blocos: período da pesquisa, identificação do ponto, característica do ponto e questionário sobre possível ponto de exploração sexual de crianças e adolescentes.

#### d. Importância dos Níveis de Risco

A fim de evitar imprecisões verificadas nas edições anteriores e construir uma base metodológica consistente para emplacarmos ações de enfrentamento, buscamos inserir mecanismos que dificultassem leituras errôneas deste material.

Um dos mecanismos utilizados foi a classificação em níveis de risco. Mediante a valoração de algumas perguntas de acordo com sua preponderância nos fatos, os valores são acumulados e classificam os pontos em quatro níveis de risco – baixo, médio, alto e crítico. Isto gerou uma leitura mais específica de cada ponto, permitindo uma interpretação mais assertiva dos dados colhidos e com potencial para identificar quais são as ações a serem realizadas para extinção da ação delituosa naquele cenário.

Assim, para validarmos a pontuação escolhida, aplicamos esta escala de mensuração nos dez pontos arrolados no relatório da Pamcary, que foram confirmados como pontos de existência de exploração sexual de crianças e adolescentes, verificando que atingiram o grau de risco crítico. Tal procedimento permite confirmar a situação em um determinado ponto observado.

**MAPEAMENTO DOS PONTOS VULNERÁVEIS A EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES / 2009**

**PERÍODO DA PESQUISA**  
 DATA DA PESQUISA: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
 TURNO DA PESQUISA:  DIURNO  NOTURNO DIA DA SEMANA: \_\_\_\_\_

**IDENTIFICAÇÃO DO PONTO**  
 NOME DO ESTABELECIMENTO/LOCAL: \_\_\_\_\_  
 UF: \_\_\_\_\_ BR: \_\_\_\_\_ KM: \_\_\_\_\_ CÓD. MUNICÍPIO: \_\_\_\_\_  
 ÁREA:  RURAL  URBANA

**CARACTERÍSTICA DO PONTO**

<input type="checkbox"/> Posto de combustível	<input type="checkbox"/> Residência
<input type="checkbox"/> Posto Fiscal	<input type="checkbox"/> Outros comércios formais (Borracharias/lojas/mecânicas/boates...)
<input type="checkbox"/> Pontos de alimentação (restaurante/lanchonete/bar...)	<input type="checkbox"/> Comércio informal (ambulantes/liquedoque/barracas...)
<input type="checkbox"/> Pontos de hospedagem (hotéis/pensão/pousada/motel...)	<input type="checkbox"/> Obras de arte (travessadas/passarela de pedestre/porte...)
<input type="checkbox"/> Pontos de carga e descarga de mercadorias (terminais de carga/porto...)	<input type="checkbox"/> Área não edificada (acostamento/leito viário...)

**QUESTIONÁRIO SOBRE POSSÍVEL PONTO DE EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES**

	SIM	NÃO
Responda as 3 próximas questões tendo como base os últimos 24 meses:		
• Neste ponto já houve casos de exploração sexual de crianças e adolescentes?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
• Existe registro de ocorrências de tráfico/consumo de drogas neste ponto?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
• Tem conhecimento da atuação do conselho tutelar no ponto em análise?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<b>Segundo o que pode ser observado no local:</b>		
• Existe prostituição de adultos neste ambiente?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
• Há constante presença de crianças e/ou adolescentes no local?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
• Presença de camêrons no local?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
• É um ponto de consumo de bebidas alcoólicas?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
• Aglomeração/estacionamento de veículos em trânsito?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
• Algum tipo de vigilância privada neste ambiente?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
• Existe iluminação na área?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>



### **e. Divulgação dos Resultados**

Com o objetivo de evitar a divulgação indiscriminada dos resultados e as consequências negativas desse tipo de divulgação, omitiu-se a localização exata dos pontos de exploração sexual de crianças e adolescentes neste relatório. Tal medida visa também a preservar futuras ações estatais e também leva em consideração a alta mobilidade dos pontos vulneráveis.

Assim, a divulgação dos resultados será feita sob demanda, de acordo com o órgão solicitante em caráter de confidencialidade. O **Departamento de Polícia Rodoviária Federal** analisa o pedido e elabora um documento – escrito ou virtual – que atenda às necessidades específicas. Caso seja necessário, é possível a disponibilização de informações mais completas, além das existentes neste relatório.

O **Ministério da Educação**, a **Secretaria de Direitos Humanos/Ministério da Justiça**, os **Ministérios Públicos Estaduais**, entre outros, já utilizam deste mapeamento para tomadas de decisão. O programa Escola que Protege do **MEC** faz planejamento de ações a partir da pesquisa da **Polícia Rodoviária Federal / Organização Internacional do Trabalho / Childhood Brasil**.

### **f. Análise dos Resultados**

O estudo deste material não se conclui nas tabelas e análises abaixo. As possibilidades de análise são várias, proporcionais à complexidade do fenômeno em questão. Buscamos aqui evitar um ranking discriminatório, demonstrando que, dependendo do ponto de vista, um ou outro estado pode ser classificado como mais afligido pela exploração sexual de crianças e adolescentes.

### **g. Número de Pontos por Níveis de Risco**

As tabelas demonstram os estados agrupados por níveis de risco (crítico, alto, médio e baixo). Nota-se a predominância de pontos classificados como crítico e alto. Os fatores que determinam o rótulo crítico a uma determinada localidade facilitam o cadastro do ponto de exploração sexual de crianças e adolescentes. Por outro lado, a caracterização de pontos menos vulneráveis é mais difícil, devido à sutileza dos detalhes que assim os classificam.

Sendo assim, ressaltamos a importância de inserir outros dados sócioeconômicos na análise dos locais para dar visibilidade aos pontos de médio e baixo risco para que sejam assistidos criteriosamente pela sociedade civil e poder público locais. Isso porque tanto podem ser locais de prática do ilícito em questão, mas apenas não visualizados os indícios ou atos em si pelo observador no momento, quanto podem vir a ser pontos de exploração sexual de crianças e adolescentes, pois nestes locais já se encontram fatores facilitadores da concussão do crime.

Voltando a atenção para a tabela de nível crítico, percebe-se que os cinco primeiros estados detêm as maiores malhas viárias e/ou grande fluxo viário. Juntos, possuem 45,7% dos pontos, sendo BA e PR detentores de 24,9% do total de pontos críticos. A tabela de nível alto apresenta maior equilíbrio entre os estados, mantendo nas posições mais altas alguns dos mesmos estados da tabela anterior. Nas demais tabelas, ocorrem mais variações entre os estados com mais pontos vulneráveis à exploração sexual de crianças e adolescentes, permanecendo ao menos um estado que detenha um grande centro urbano nacional.

UF	Crítico	%	UF	Alto	%	UF	Médio	%	UF	Baixo	%
BA	117	12,7	MG	43	9,0	MS	35	11,1	RJ	19	18,6
PR	113	12,2	RS	40	8,4	RS	34	10,8	MS	14	13,7
RS	75	8,1	PR	40	8,4	GO	28	8,9	GO	11	10,8
MG	66	7,1	GO	32	6,7	RN	28	8,9	RO	10	9,8
SP	51	5,5	RN	30	6,3	SC	24	7,6	TO	6	5,9
RN	47	5,1	RJ	30	6,3	MG	22	7,0	SP	5	4,9
PE	46	5,0	PA	24	5,0	RJ	19	6,0	RS	5	4,9
GO	46	5,0	PE	24	5,0	SP	15	4,7	RN	5	4,9
MS	43	4,7	SC	23	4,8	PE	14	4,4	PR	5	4,9
CE	39	4,2	RO	22	4,6	BA	10	3,2	MA	4	3,9
PA	34	3,7	SP	21	4,4	PR	10	3,2	PE	3	2,9
PI	32	3,5	BA	19	4,0	TO	10	3,2	PB	3	2,9
ES	31	3,4	MT	18	3,8	PB	9	2,8	AC	2	2,0
RJ	30	3,2	MS	17	3,6	PA	9	2,8	MG	2	2,0
SC	28	3,0	RR	12	2,5	AC	8	2,5	SC	2	2,0
TO	27	2,9	AL	12	2,5	RO	8	2,5	BA	2	2,0
MT	20	2,2	ES	11	2,3	MT	7	2,2	PA	2	2,0
AL	17	1,8	TO	9	1,9	PI	6	1,9	ES	1	1,0
MA	15	1,6	PI	9	1,9	RR	5	1,6	AL	1	1,0
PB	11	1,2	DF	8	1,7	ES	5	1,6	MG	-	-
SE	10	1,1	AC	7	1,5	MA	4	1,3	AM	-	-
RO	9	1,0	MA	7	1,5	SE	2	0,6	AP	-	-
RR	8	0,9	SE	6	1,3	AP	2	0,6	CE	-	-
AM	4	0,4	PB	6	1,3	AL	2	0,6	DF	-	-
AC	2	0,2	CE	5	1,0	AM	-	-	PI	-	-
DF	2	0,2	AP	3	0,6	CE	-	-	RR	-	-
AP	1	0,1	AM	-	-	DF	-	-	SE	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>924</b>	<b>100,0</b>	<b>TOTAL</b>	<b>478</b>	<b>100,0</b>	<b>TOTAL</b>	<b>316</b>	<b>100,0</b>	<b>TOTAL</b>	<b>102</b>	<b>100,0</b>

## h. Número de Pontos por Estado, Proporcional à Malha Viária

UF	Crítico	km/ponto	UF	Alto	km/ponto	UF	Médio	km/ponto	UF	Baixo	km/ponto
SP	51	20,9	RJ	30	49,4	RN	28	59,3	RJ	19	78,0
ES	31	25,9	AL	12	50,8	SP	15	71,2	SP	5	213,5
PR	113	31,0	SP	21	50,8	RJ	19	78,0	MS	14	218,2
SE	10	32,1	SE	6	53,5	MS	35	87,3	GO	11	259,4
RN	47	35,3	RN	30	55,3	SC	24	92,6	TO	6	274,2
AL	17	35,9	ES	11	73,1	GO	28	101,9	RN	5	332,1
CE	39	46,4	PR	40	87,4	PB	9	140,4	AC-RO	12	386,9
BA	117	47,8	GO	32	89,2	SE	2	160,5	PB	3	421,3
RJ	30	49,4	PE	24	95,9	ES	5	160,8	AL	1	609,6
PE	46	50,1	SC	23	96,6	PE	14	164,5	PR	5	699,5
TO	27	60,9	DF	8	118,8	TO	10	164,5	PE	3	767,5
GO	46	62,0	MG	43	142,1	RS	34	172,7	ES	1	804,2
MS	43	71,1	RS	40	146,8	MG	22	277,7	MA	4	856,7
RS	75	78,3	RR	2	156,2	AC-RO	16	290,1	SC	2	1.110,9
SC	28	79,4	AC-RO	29	160,1	AL	2	304,8	RS	5	1.174,2
MG	66	92,6	PA	24	163,8	PR	10	349,8	PA	2	1.965,3
PI	32	97,8	MS	17	179,7	RR	5	374,9	BA	2	2.795,9
PB	11	114,9	TO	9	182,8	PA	9	436,7	MG	2	3.054,4
PA	34	115,6	PB	6	210,7	PI	6	521,7	SE	0	-
AM	4	193,6	MT	18	224,2	BA	10	559,2	CE	0	-
MT	20	201,8	BA	19	294,3	AP	2	563,0	PI	0	-
MA	15	228,4	PI	9	347,8	MT	7	576,6	AM	0	-
RR	8	234,3	CE	5	362,3	MA	4	856,7	MT	0	-
AC-RO	11	422,0	AP	3	375,3	CE	0	-	RR	0	-
DF	2	475,2	MA	7	489,5	AM	0	-	DF	0	-
AP	1	1.126,0	AM	0	-	DF	0	-	AP	0	-

UF	Total pontos	km/ponto
SP	92	11,6
RN	110	15,1
RJ	98	15,1
ES	48	16,8
SE	18	17,8
AL	32	19,1
PR	168	20,8
GO	117	24,4
PE	87	26,5
MS	109	28,0
SC	77	28,9
TO	52	31,6
BA	148	37,8
RS	154	38,1
CE	44	41,2
PB	29	43,6
MG	133	45,9
PA	69	57,0
PI	47	66,6
AC-RO	68	68,3
RR	25	75,0
MT	45	89,7
DF	10	95,0
MA	30	114,2
AP	6	187,7
AM	4	193,6

As tabelas, tanto da página anterior como esta, demonstram a malha viária dividida pela quantidade de pontos agrupados por nível de risco. Sendo assim, os estados que se encontram nas primeiras linhas da tabela são os que apresentam a maior densidade de pontos em suas rodovias federais. Esta análise demonstra que não apenas os aspectos demográficos são determinantes na instalação de pontos de exploração sexual de crianças e adolescentes. Verifica-se que tanto estados detentores de grandes centros urbanos quanto estados com malhas viárias menores figuram nos topos.

A primeira tabela mostra, nas primeiras posições, três estados com pequena malha viária federal (SP – 1067, 6 km; ES – 804,2 km e SE – 321 km). Cabe ressaltar que SP, ao considerar a malha viária estadual, estrutura industrial, dentre outros fatores, concentra grande fluxo viário. Analisando a terceira coluna da tabela de pontos críticos, nota-se que a distância (teórica) entre os pontos é pequena, demonstrando que nestes estados a exploração sexual é mais concentrada. Deduz-se que nos estados em que o volume de tráfego é alto, a presença de pontos vulneráveis a exploração sexual de crianças e adolescentes é diretamente proporcional.

### i. Número de Pontos por BR

Observa-se que a maior quantidade de pontos identificados (45,88%) concentra-se nos principais eixos rodoviários do país. As rodovias 116 e 101 fazem ligação entre as Regiões Nordeste, Sudeste e Sul. As BRs 153 e 163 encontram-se no interior do país, sendo que a primeira percorre as Regiões Centro-Oeste, Sudeste e Sul; a segunda, ainda inacabada, interliga apenas os estados do Mato Grosso e Pará. A rodovia 364 percorre diagonalmente o país, iniciando em São Paulo, cruzando os estados de Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso, Rondônia e Acre. A BR 277 encontra-se no estado do Paraná. Conhecida também como a “Rodovia do Mercosul”, é continuada por outras rodovias internacionais até o Chile.

BR	Quant.	BR	Quant.	BR	Quant.	BR	Quant.	BR	Quant.
116	262	393	37	10	18	452	5	495	1
101	187	262	34	376	17	408	5	469	1
364	116	267	32	104	16	308	5	467	1
153	106	304	29	20	16	365	4	451	1
163	97	324	29	406	13	235	4	432	1
277	67	407	27	60	12	412	4	428	1
316	51	222	27	369	12	367	3	424	1
40	50	285	24	135	11	110	3	272	1
386	48	282	24	343	11	319	2	374	1
230	47	476	23	392	11	356	2	259	1
232	39	405	23	70	10	156	2	383	1
381	39	174	23	470	10	472	1	377	1
158	38	427	21	226	10	293	1	447	1

## j. Classificação dos Pontos (Urbano ou Rural)

Por meio desta tabela é possível concluir que na maioria dos estados os pontos de exploração sexual de crianças e adolescentes encontram-se na área urbana. Os pontos das rodovias próximos aos perímetros urbanos tornam-se pontos mais vulneráveis, por facilitarem a interação entre as vítimas, agressores e ambientes propícios. Como será possível perceber no decorrer da leitura, vários são os fatores contribuintes para a instalação de um ponto de exploração sexual de crianças e adolescentes, sendo que quanto mais interior fosse a localização deste, menor seria a presença do estado em todas as suas facetas. Não obstante, emerge uma preocupação com a eficiência do exercício do poder público, pois onde é mais acessível ao popular, é justamente o local no qual se verifica a proliferação da exploração sexual de crianças e adolescentes.

ÁREA	RURAL	URBANA	TOTAL
AC	5	14	19
AL	6	26	32
AM	3	1	4
AP	2	4	6
BA	71	77	148
CE	11	33	44
DF	4	6	10
ES	17	31	48
GO	45	72	117
MA	8	22	30
MG	77	56	133
MS	41	68	109
MT	6	39	45
PA	12	57	69
PB	8	21	29
PE	17	70	87
PI	10	37	47
PR	53	115	168
RJ	10	88	98
RN	32	78	110
RO	23	26	49
RR	1	24	25
RS	43	111	154
SC	31	46	77
SE	8	10	18
SP	29	63	92
TO	18	34	52
<b>TOTAL</b>	<b>591</b>	<b>1229</b>	<b>1820</b>
<b>% DO TOTAL</b>	<b>32,50%</b>	<b>67,50%</b>	<b>100%</b>

O padrão pode ser observado em 21 entes federativos. Os estados da Bahia, Rondônia e Sergipe, mais o Distrito Federal apresentaram equilíbrio na distribuição dos pontos. Os estados de Minas Gerais e do Amazonas inverteram tal relação, apresentando maioria de pontos nas proximidades das áreas rurais.

Mais uma vez, a forma com que o estado ocupa e permite ocupar os espaços, a maneira como uma comunidade se desenvolve, adaptando-se à realidade local, todos são fatores da complexa formação social. As soluções, por sua vez, precisam corresponder a este paradigma, evitando-se medidas demasiadamente objetivas, as quais podem se mostrar futuramente superficiais.



### k. Quantidades de Pontos por Região Política

Referendando as análises anteriores, neste mapa pode-se observar a maior concentração dos pontos de vulnerabilidade à exploração sexual de crianças e adolescentes nas proximidades dos centros urbanos brasileiros. Parte desta diferença quantitativa entre as regiões Norte/Centro-Oeste e as demais dar-se-á devido aos grandes vazios demográficos.

Assim, somando as Regiões Norte e Centro-Oeste obtemos 505 pontos, quantidade inferior à Região Nordeste. Tal constatação pode implicar em abordagens diferentes para cada região. Localidades com números menores – considerando, claro, que o problema já se encontra instalado ali também – permitem efetivação de medidas preventivas de maneira mais imediata que regiões nas quais a repressão ao ilícito consome os esforços quase na sua totalidade.

Não existindo solução única, o Estado precisa agir estrategicamente, enfrentando as especificidades regionais com proporcional empenho. O mapeamento que este estudo apresenta é o primeiro passo para a alocação de esforços no âmbito nacional.



## I. Respostas Quantificadas em Relação aos Pontos

<b>TOTALIDADE DOS PONTOS MAPEADOS</b>					
	<b>SIM</b>	<b>%</b>	<b>NÃO</b>	<b>%</b>	<b>TOTAL</b>
Neste ponto já houve casos de exploração sexual de crianças e adolescentes?	450	24,7%	1370	75,3%	<b>1820</b>
Existe registro de ocorrências de tráfico/consumo de drogas neste ponto?	392	21,5%	1428	78,5%	<b>1820</b>
Tem conhecimento da atuação do conselho tutelar no ponto em análise?	481	26,4%	1339	73,6%	<b>1820</b>
Existe prostituição de adultos nesse ambiente?	1261	69,3%	559	30,7%	<b>1820</b>
Há constante presença de crianças e/ou adolescentes no local?	665	36,5%	1155	63,5%	<b>1820</b>
Presença de caminhoneiros no local?	1385	76,1%	435	23,9%	<b>1820</b>
É um ponto de consumo de bebidas alcoólicas?	1490	81,9%	330	18,1%	<b>1820</b>
Aglomerado/estacionamento de veículos em trânsito?	1364	74,9%	456	25,1%	<b>1820</b>
Algum tipo de vigilância privada neste ambiente?	555	30,5%	1265	69,5%	<b>1820</b>
Existe iluminação na área?	1446	79,5%	374	20,5%	<b>1820</b>

<b>PONTOS COM NÍVEL DE RISCO CRÍTICO</b>					
	<b>SIM</b>	<b>%</b>	<b>NÃO</b>	<b>%</b>	<b>TOTAL</b>
Neste ponto já houve casos de exploração sexual de crianças e adolescentes?	380	41,1%	544	58,9%	<b>924</b>
Existe registro de ocorrências de tráfico/consumo de drogas neste ponto?	342	37,0%	582	63,0%	<b>924</b>
Tem conhecimento da atuação do conselho tutelar no ponto em análise?	298	32,3%	626	67,7%	<b>924</b>
Existe prostituição de adultos nesse ambiente?	905	97,9%	19	2,1%	<b>924</b>
Há constante presença de crianças e/ou adolescentes no local?	464	50,2%	460	49,8%	<b>924</b>
Presença de caminhoneiros no local?	859	93,0%	65	7,0%	<b>924</b>
É um ponto de consumo de bebidas alcoólicas?	860	93,1%	64	6,9%	<b>924</b>
Aglomerado/estacionamento de veículos em trânsito?	877	94,9%	47	5,1%	<b>924</b>
Algum tipo de vigilância privada neste ambiente?	298	32,3%	626	67,7%	<b>924</b>
Existe iluminação na área?	761	82,4%	163	17,6%	<b>924</b>

As três primeiras perguntas foram respondidas a partir da experiência do policial, ou seja, não necessariamente o registro deveu-se à observação direta ou flagrante. Os demais itens do questionário dependiam da constatação dos fatos *in loco*, gerando dados mais exatos, conseqüentemente.

Inferre-se de ambas as tabelas que existe uma relação direta entre consumo de drogas – lícitas e ilícitas –, prostituição e presença de caminhoneiros com os pontos de vulnerabilidade de exploração sexual de crianças e adolescentes, podendo ser aqueles o foco principal de ações educativas e/ou repressivas.

<b>PONTOS CRÍTICOS</b>			
<b>Algum tipo de vigilância neste ambiente?</b>	<b>Existe iluminação na área?</b>	<b>Quantidade</b>	<b>%</b>
Não	Não	146	15,80%
Não	Sim	480	51,95%
Sim	Não	17	1,84%
Sim	Sim	281	30,41%
<b>Total</b>		<b>924</b>	<b>100,00%</b>

Na tabela acima podemos verificar que existe relação entre vigilância privada e iluminação como fatores de influência da vulnerabilidade. A configuração que mais impacta negativamente é a ausência de vigilância somada à presença de iluminação (51,95%). Tal combinação pode favorecer a exposição das vítimas, aliada à falta de um elemento repressor de práticas ilícitas. Por outro lado, a inversão desta relação mostra ser um redutor eficiente (1,84%) da vulnerabilidade da exploração sexual de crianças e adolescentes. Observa-se ainda que a existência de vigilância, mesmo que isolada de outros fatores, reduz a vulnerabilidade do ponto, demonstrando ser um aliado no enfrentamento à questão.

## 6. Desafios

O enfrentamento da exploração sexual ainda passa por enormes desafios, como o desenho e implementação de ações que atuem nas situações de vulnerabilidade social e pessoal dessas crianças e adolescentes que estão em extremo risco ou já vivem situações de exploração sexual. As ações existentes ainda são insuficientes frente à multiterminação do fenômeno, seja pela sua abrangência, seja pelas limitações estruturais ou econômicas que interferem na sua capacidade de atendimento.

O mapeamento pretende contribuir para este desafio e apresenta outros, que vão desde a metodologia até a utilização dos resultados. Outro desafio é mobilizar as instâncias estaduais para que também façam o mapeamento das rodovias sob sua jurisdição.

A inovação deste último mapeamento por meio da apresentação de **níveis de risco** permite o desenho de estratégias de prevenção e enfrentamento nos referidos pontos. O novo método permite a identificação dos tipos de estabelecimentos **segundo nível de criticidade**, regiões de maior risco e dados de vulnerabilidade. Esses dados ajudarão a priorizar as áreas de atuação e definição das estratégias por local, assim como sustentarão **ações mais efetivas em conjunto** com outras instituições e a rede de proteção local.

O **Departamento de Polícia Rodoviária Federal** tem como principal desafio repetir sistematicamente o mapeamento para que possamos monitorar os pontos de risco e realizar continuamente ações de prevenção e enfrentamento no local. Desta maneira, será possível disponibilizar esses dados para que o poder público e a sociedade civil possam cruzar com outros dados sócioeconômicos e desenvolver campanhas e ações pontuais para que tenhamos resultados mais positivos nos próximos mapeamentos.

A **Organização Internacional do Trabalho** continuará promovendo a eliminação de todas as formas de trabalho infantil, incluindo a exploração sexual e tráfico de crianças e adolescentes para os mesmos fins, como uma das suas piores formas, de acordo com a Convenção 182 da **Organização Internacional do Trabalho**. A preocupação é com o desenvolvimento saudável da criança e do adolescente que deve incluir uma educação de qualidade e condições de crescimento que permitam a formação de um cidadão consciente dos seus direitos. Imprescindível é garantir uma igualdade de oportunidades e acesso à educação e, na idade adequada, a um trabalho produtivo e digno: um trabalho decente.

Para a **Childhood Brasil**, o desafio é continuar a mobilização do setor privado, que tem as estradas como canal de escoamento dos seus produtos, para usar esses dados e realizar um monitoramento mais expressivo dos pontos vulneráveis à exploração sexual de crianças e adolescentes nas rodovias, cruzando com outros indicadores sócioeconômicos. Os dados contribuirão para que o setor exerça seu papel pela análise de rotas, auditoria dos pontos de parada para gerenciadoras de risco, sensibilização dos motoristas para terem mais atenção nestes pontos e uma atuação mais proativa na educação e sensibilização dos estabelecimentos envolvidos.

Fica como próximo desafio para todos os envolvidos a realização de uma ampla campanha multisetorial, que vai ao mesmo tempo trabalhar os pontos vulneráveis e estimular as redes locais de proteção, para que cheguem nesses locais e ajudem a criar um novo projeto de vida para essas crianças e adolescentes.

## Superintendências e Distritos

SUP.	SUPERINTENDENTE	GABINETE	FAX	PLANTÃO
1ª SRPRF-GO	IVONE Pinto Caldeira	(62) 3216-8801 Joana Darc	(62) 3216-8804	(62) 3216-8800
2ª SRPRF-MT	Clarindo FERREIRA da Silva	(65) 3928-3017 Kátia	(65) 3624-9244	(65) 3928-3042
3ª SRPRF-MS	Valter Aparecido FAVARO	(67) 3320-3600 Jairce	(67) 3320-3652	(67) 3320-1527
4ª SRPRF-MG	WALTAIR Vasconcelos Sobrinho	(31) 3064-5314/5311 Mary	(31) 3064-5313	(31) 3064-5380
5ª SRPRF-RJ	Carlos Hamilton F. PINHEIRO	(21) 3371-3254 Marlene/Rita	(21) 3371-3254	(21) 3371-6797
6ª SRPRF-SP	João BOSCO Ribeiro	(11) 2795-2304/2303 Beatriz	(11) 2954-0712	(11) 2795-2340
7ª SRPRF-PR	MARIA ALICE Nascimento de Souza	(41) 3535-1960 Josiane	(41) 3535-1910	(41) 3535-1900
8ª SRPRF-SC	Luiz Ademar PAES	(48) 3251-3202 Geni	(48) 3251-3204	(48) 3251-3249
9ª SRPRF-RS	José Altair Gomes BENITES	(51) 3375-9799 Carla	(51) 3375-9791	(51) 3375-9769
10ª SRPRF-BA	ANTONIO JORGE Azevedo Barbosa	(71) 2101-2204/ 2210 Laiane	(71) 2101-2205	(71) 2101-2201
11ª SRPRF-PE	WALDECI Marques da Silva Filho	(81) 3201-0708/ 0714 Ana Paula	(81) 3464-0765	(81) 3401-0795
12ª SRPRF-ES	FÁBIO Rodrigues Silva	(27) 3212-6904 Daylane	(27) 3212-6906	(27) 3212-6925
13ª SRPRF-AL	GIBSON Magalhães Viana	(82) 3217-9242 Edilma	(82) 3327-9909	(82) 3212-6925
14ª SRPRF-PB	VALCIR Correa Ortins	(83) 3231-2802 Roseane	(83) 3231-2802	(83) 3231-3366
15ª SRPRF-RN	Francisco Charles LINDEMBERG	(84) 4009-1560/1561 Denise	(84) 4009-1562	(84) 4009-1555
16ª SRPRF-CE	UBIRATAN Roberto de Paula	(85) 3289-4243 Gabrielle	(85) 3289-4243	(85) 3295-3591
17ª SRPRF-PI	BERNARDO José Carvalho Val	(86) 3232-1142/1414/0411 Nunes	(86) 3232-1142	(86) 3233-1011
18ª SRPRF-MA	INÁCIO Castro Junior	(98) 3244-5370/5372/5376 Ester	(98) 3244-5372	(98) 3244-5390
19ª SRPRF-PA	ISNARD Alves Ferreira	(91) 3242-4045 Alda	(91) 3242-4045	(91) 3244-5390
20ª SRPRF-SE	NELSON FELIPE da Silva Filho	(79) 2107-3941 Elisângela	(79) 2107-3947	(79) 2107-3999
21ª SRPRF-RO	ANDRÉ TADEU dos Santos	(69) 3211-7821/7836 Delvaina	(69) 3211-7836	(69) 3211-7890

DISTRITO	CHEFE	GABINETE	FAX	PLANTÃO
1º DRPRF-DF	ANDRE Geraldo da SILVA Almeida	61 3395-9300 Camila	(61) 3395-9329	(61) 3395-9300
2º DRPRF-TO	CLAYTON da Costa Rego	(63) 3215-9700 Renata/Jerusa	(63) 3215-7992	(63) 3312-3491
3º DRPRF-AM	Rafael de Brito AQUINO Soares	(92) 3216-5277/5281 Ana Maria	(92) 3216-5280	(92) 3216-5279
4º DRPRF-AP	ALDO Balieiro Machado	(96) 3325-3251 Verônica	(96) 3325-9000	(96) 3222-7626
5º DRPRF-RR	MARCO AURÉLIO Almeida Pinto	(95) 3624-1166 Edila	(95) 3624-1166	(95) 3624-1939



Iniciativa



Apoio

CHILDHOOD  
pela proteção da infância  
[www.childhood.org.br](http://www.childhood.org.br)



Organização  
Internacional  
do Trabalho

Secretaria dos Direitos Humanos